

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO DIA 12-12-2013**

**Presidente**

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

**Deputados**

José Honorato Sousa Medeiros

António José de Braga Sousa

Paulo Roberto Fontes Junco

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Teófilo José Soares de Braga

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Rita Cabral Rodrigues

Edgardo Costa Madeira

Erasmus Carlos Esteves de Melo Moniz

Patrícia de Fátima Vieira de Andrade

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

João Carlos Barbosa Leite

Andreia Margarida Vicente Junco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Pedro Henrique Soares Correia

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Emanuel Frias Santos

António José Santos Ponte

Emanuel de Sousa Medeiros

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Rui Nelson Furtado Amaral

Arménio Maurino Correia Jardim

**Secretários**

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Cláudia de Jesus Lima Cabral

## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12-12-2013**

### **ÍNDICE**

#### **ORDEM DE TRABALHOS**

- PONTO UM - PROC.Nº 6304/GSP/2013 - EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos da Ilha de São Miguel, EIM - Representante na Assembleia Geral e Fiscal Único.
- PONTO DOIS - PROC.Nº 2831/GSP/2013 - Proposta de Regulamento - FES - Fundo de Emergência Social
- PONTO TRÊS - PROC.Nº 2834/GSP/2013 - Lançamento de derrama para o ano de 2014
- PONTO QUATRO - PROC.2835/GSP/2013 - Participação variável no IRS para o ano económico de 2014.
- PONTO CINCO - PROC.Nº 2836/GSP/2013 - Fixação do valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano económico de 2014.
- PONTO SEIS - PROC. Nº 2858/GSP/2013 - Prestação de Serviços de Revisor de Contas - Ano 2014.
- PONTO SETE - PROC.Nº.2904/2013 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014.
- PONTO OITO - (DL Nº. 147/2013) - PROC. Nº. 2905/GSP/2013 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.
- PONTO NOVE- PROC. Nº. 2911/GSP/2013 - Proposta de retificação - 3.ª Revisão Orçamental.
- PONTO DEZ - PROC.N.º2732/GSP/2013 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano - Financeiro - Exercício de 2013 - 3.º Trimestre - Acumulado.
- PONTO ONZE - OFÍCIO - 21-11-2013 - Assembleia Municipal de Ponta Delgada- Entrada Ext. N. 6320/2013 - Instalação do Conselho de Ilha - Representação da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12-12-2013

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nessa vila de Vila Franca do Campo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência de Lucindo dos Anjos Fontes Couto, secretariada por, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e Cláudia de Jesus Lima Cabral, na qualidade de primeira e segunda secretárias respetivamente da Mesa da Assembleia.-

-----

Após o Presidente da Assembleia ter declarado aberta a sessão pelas 20:00 horas foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão verificando-se não haver faltas a registar.-----

-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice – Presidente, Carlos Melo Pimentel, e os vereadores Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Amaldo Branco Raposo de Amaral, Rui de Carvalho e Melo, Mário Rui Braga e Sabrina Coutinho Furtado.-----

-----

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 4 de dezembro de 2013, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

De seguida pediu a palavra o membro da Assembleia, Hélder Medeiros, eleito na lista do PPD/PSD - PPM que acrescentou às suas intervenções da ata anterior que “ o reequilíbrio financeiro não era um assunto do passado, mas presente e com consequências à vista”.-----

Sobre a mesma ata pediu a palavra o membro da Assembleia eleito na lista do PS, Henrique Pires, para referir que os pontos seis e sete, não tinham sido adiados para a reunião seguinte por unanimidade, pois o próprio tinha votado contra.-----

### ANTES DA ORDEM DO DIA

O membro da Assembleia, Maria Helena Ponte eleita na lista do PS, pediu o uso da palavra para formular um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor António Raposo Couto Resendes e apresentar as condolências à família. O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.-----

#### ***“Declaração de voto de Pesar***

*Falecimento de António Raposo do Couto Resendes (1930-2013)*

*O Grupo do PS, na Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, deliberou aprovar um voto de pesar, pelo*

*falecimento do Sr. António Raposo do Couto Resendes, de 83 anos de idade, natural da freguesia de Faial da Terra, concelho de Povoação, falecido a 19 de novembro de 2013.*

*Casou com a vila-franquense Ana Vitália de Simas Costa Resendes, em 1955 e foi pai de 7 filhos.*

*Empresário que contribuiu para o desenvolvimento de vários ramos da atividade comercial na nossa Vila.*

*Contribuição essa que continua presente no trabalho efetuado pelos filhos.*

*As nossas sentidas condolências à família.”*

O membro da assembleia, Edgar Madeira, eleito na lista do PPD/PSD - PPM, apresentou também um Voto de Pesar pela mesma pessoa que, também, foi provado por unanimidade.-----

### **“Declaração de Voto de Pesar**

*Sr. António Raposo do Couto Resendes, recentemente faleceu, no passado dia 19 de novembro de 2013. Foi um empresário dinâmico e multifacetado que, tendo adotado Vila Franca do Campo, nela permaneceu a maior parte da sua vida e nela morreu. Em muito contribuiu para o seu desenvolvimento.*

*Nasceu na freguesia de Água Retorta. A partir dos dez anos de idade inicia a sua vida profissional, precisamente em Vila Franca do Campo, como balconista e ao cuidado do seu padrinho, Sr. Luís Resendes Paiva. É no estabelecimento comercial A Construtora que se constitui como empresário por conta própria, sem bem que ainda com o apoio do seu padrinho. É neste estabelecimento que se encontrarão artigos pela primeira vez ao dispor dos vila-franquenses: papelaria, brinquedos importados, eletrodomésticos e material elétrico. Mais tarde, o mesmo espaço foi convertido no restaurante Girassol. No pico do seu empreendedorismo criou o amplo espaço comercial A Belinha, na área de mobília, decorações, vestuário e calçado... Iguamente manteve uma exploração agrícola no sector da Pecuária. Com tudo isto ajudou a tornar a nossa edilidade bem mais cosmopolita. Empregou, ao longo dos anos, dezenas de pessoas.*

*Pelos sectores por onde estendeu a sua atividade, a todos dispensou retidão, profissionalismo, competência; em tudo fez transparecer o seu espírito naturalmente cordial, afável e atencioso.*

*Por tudo isto, a Representação Municipal do PPM propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de dezembro de 2013, aprove:*

*I – Um Voto de Pesar pelo falecimento de António Raposo do Couto Resendes, manifestando aos familiares e amigos os mais sentidos pêsames.*

*Subscritores.”*

O membro da assembleia municipal, João Carlos Leite, eleito na lista do PS, apresentou um Voto de Pesar em homenagem a Nelson Mandela. A Assembleia aprovou o voto apresentado. Abstiveram-se 2 membros da assembleia eleitos na lista do PPD/PSD-PPM.

### **“VOTO DE PESAR FALECIMENTO DE NELSON MANDELA**

*Desapareceu no passado dia 5 de dezembro de 2013 Nelson Rolihlahla Mandela, carinhosamente designado entre os seus por Madiba, nome do seu clã de origem.*

*Nasceu a 18 de julho de 1918, na pequena vila de Mvezo, província de Cabo Oriental, da União Sul –*

*Africana, numa família de nobreza tribal, em que a educação das crianças se fazia pela oralidade, alicerçada na aprendizagem com os mais velhos. Em 1925 começou a frequentar a escola primária numa vila próxima. Fez a Escola Preparatória num conceituado colégio da elite negra.*

*Formado em direito aos vinte e quatro anos, cedo lhe foi reconhecida grande eloquência. Iniciara na universidade a sua luta sem tréguas contra o regime segregacionista do país.*

*Foi preso em 1962, durante cinco anos, por estimular greves e viajar ilegalmente. Dois anos volvidos, seria condenado a prisão perpétua. No total foram 27 anos de reclusão, grande parte deles em Robben Island, numa cela com pouco mais de cinco metros quadrados e uma janela de 30 centímetros. Era o prisioneiro 46.664.*

*Nelson Mandela havia sido um jovem rebelde, profundamente inconformado com os erros judiciais em muitos julgamentos, como o dele próprio. Foi o chefe do braço armado do ANC (Congresso Nacional Africano), acreditando que se devia responder à violência com violência. No entanto, ao longo do seu cativeiro, reproduziu inúmeros gestos de conciliação e criou, entre os que com ele privaram, o sentimento de que faziam parte de um tempo especial, o da vida de um grande vulto da igualdade de inclusão.*

*Foi tremenda a sua provação. Com o sofrimento excruciante a que foi sujeito, aprendeu a conhecer os medos e as ansiedades dos adversários, tornando – se um homem de admirável carisma em magnanimidade e uma força de espírito ímpar. Exigia, de forma inteligente, que os prisioneiros negros fossem tratados com dignidade.*

*Negociou, a partir da prisão, com o governo do apartheid dando início ao fim desse sistema de opressão racial. Quando foi colocado em liberdade, muitos receavam que Mandela não correspondesse ao que dele se esperava. Mas a enorme estatura moral de Madiba viria a superar, em muito, as expectativas alimentadas sobre ele.*

*Malgrado as manobras do regime para que fosse esquecido – talvez morto no cárcere – o apelo à sua libertação foi sendo constante, a partir de todo o mundo. Foi libertado a 11 de fevereiro de 1990, aos 72 anos, por ordem do Presidente Frederik Willem de Klerk, com quem viria a dividir o Prémio Nobel da Paz em 1993. Ganhou notoriedade e respeito ao assumir a presidência do ANC, de 1991 a 1997. Em 1994 consagrou – se como presidente negro da África do Sul, permanecendo no posto até 1999. Contava 81 anos. Como ex – presidente, participou empenhadamente em causas sociais e de direitos humanos.*

*Agraciado com as mais altas condecorações, Nelson Mandela recebeu, entre muitas outras, a Ordem de St. John, da Rainha Isabel II, a medalha da Liberdade, de Georeg W. Bush, o Bharat Ratna, a mais alta distinção da Índia, e a Ordem do Canadá.*

*Em junho de 2004, aos 85 anos, Mandela anunciou a sua retirada da vida política, não sem continuar a ser uma referência de primeira grandeza na cena internacional e um verdadeiro ídolo no seu país, convertendo o Soweto na Meca da luta pelos direitos humanos e pela igualdade entre os homens. A ONU instituiu, a partir de 2010, o dia 18 de julho de cada ano como o Dia Internacional Nelson Mandela (dia do seu nascimento), como forma de valorizar em todo o mundo a luta pela liberdade, pela justiça e pela democracia.*

*Nelson Mandela foi um homem de gestos. Como este: apenas aceitou sair da prisão quando recebeu garantias de que todos os outros prisioneiros políticos seriam libertados como ele.*

*“O estadista mais amado” do mundo, como se lhe referiu em tempos o New York Times, deixa uma obra completa: um país que imaginou e criou a partir de um ideal. Conseguiu ter do seu lado pacifistas como o arcebispo Desmond Tutu, Nobel da Paz e 1984, que o descreve como um ser humano fantástico.*

*Mandela foi muitas vezes equiparado a Mahatma Gandhi. O Presidente indiano, Pranab Mukherjee, sublinhou a comparação, chamando a Mandela “um ancião venerado, uma grande alma”, que sacrificou a sua luta e sofreu privações indescritíveis em nome de um objetivo quase impossível.*

*O atual Presidente da República da África do Sul, Jacob Zuma, expressou a sua profunda gratidão a Nelson Mandela por uma vida inteira dedicada a servir o seu país, tendo como causa a humanidade.*

*Pelo exposto, os Deputados Municipais do Partido Socialista apresentam a esta Assembleia o presente voto*

*de pesar e a mais sincera homenagem a Nelson Mandela, o “gigante da história”, e dele seja dado conhecimento às entidades competentes.”*

Seguidamente, o Presidente da Câmara Municipal pediu o uso da palavra para fazer uma apresentação da situação financeira da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo. Começou por apresentar a estrutura empresarial do município e acrescentou que legalmente as mesmas deveriam ser extintas por não terem resultados positivos, ou seja, não eram empresas auto-suficientes. A Marina da Vila foi mencionada como a única empresa auto-suficiente. Declarou ainda que a dívida em 2012 seria de 18 milhões e 660 mil, sendo uma obrigação legal consolidá-la. Em relação ao Pavilhão Multiusos 10 milhões seriam relativos à construção e o restante valor de juros amortizados e de fornecedores. Referenciando a evolução da dívida referiu que seria de 1 milhão em 1997 e dez anos depois passaria a ser 9 milhões a fornecedores e 13 milhões à banca. Em 2008 a dívida tinha sido paga aos fornecedores, mas em 2009 voltara a subir por não estarem contabilizadas na câmara e por haver ações em tribunal. Em 2010 a dívida seria de 35 milhões e 177 mil, altura do reequilíbrio financeiro e pelas ações no tribunal. Salientou ainda que, de momento estavam a decorrer 2 ações em tribunal. A 30-11-2013 a dívida da câmara era de 29 milhões e 110 mil euros, sendo 28 milhões à banca e os restantes de pagamentos em curso. Acrescentou ainda que a dívida total municipal, câmara e empresas municipais, era de 48 milhões e 885 mil, o que implicava dificuldades em fazer face às inúmeras solicitações.-----

O vereador Rui Melo solicitou o uso da palavra e tendo sido autorizado pelo Presidente da Câmara, referiu que a câmara nunca teve dívidas no valor de 58 milhões como havia sido publicado na separata da revista da câmara. No reequilíbrio onde deveria constar todas as dívidas estavam somente 30 milhões e 50 mil. Referenciou que foram apenas utilizados 27 milhões e pouco. Disse que a dívida do Pavilhão Multiusos poderia ser negociada para baixo do descrito. A câmara municipal ficou com mais de 2 milhões da empresa que tinha falido. Mencionou ainda que a dívida ficara abaixo dos 48 milhões. Finalmente parabenizou a autarquia pelo lançamento de cinco obras.-----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal que explicou que as dívidas deveriam ter sido declaradas até à data fixada na altura, quer no saneamento quer no reequilíbrio. Explicou que só tinham sido utilizados 27 milhões porque o restante seria para a empresa Gesquelhas, regularizar. Mencionou compreender a dívida da Vila Solidária contudo o investimento público nas restantes tinha sido incompreensível. Apesar a conjuntura ter sido diferente era preciso ter tido em atenção os parceiros escolhidos. A compra de património social tornara insignificante o perdido por se tratar de habitações para famílias. A dívida não tinha resolução fácil sendo considerada a Câmara de Vila Franca do Campo a segunda mais endividada do país.-----

O membro da assembleia Paulo Duarte, eleito na lista do PPD/PSD-PPM, fazendo uso da palavra referiu compreender a dívida da empresa Vila Solidária por se tratar de habitações para as pessoas, contudo questionou porque assumira a câmara a totalidade da Gesquelhas, uma vez que as situações eram divergentes.-----

O Presidente da Câmara explicou que tinha verificado, aquando da tomada de posse como presidente da assembleia municipal, pelo livro de atas das Gesquelhas, que tinha havido uma deliberação com a operação harmónio (redução seguida de aumento de capital). Referiu que tinha sido apontada uma solução à Caixa Geral de Depósitos e que se aguardava pela resposta.-----

O membro da assembleia Henrique Pires, eleito na lista do PS, fazendo uso da palavra apontou que a inteira responsabilidade da Gesquelhas ser 100% da Câmara Municipal tinha sido inteiramente do vereador Rui Melo, então presidente da Câmara. Esse tinha assinado um contrato com a Gesquelhas no qual tinha ficado estipulado que a Câmara pagaria 200 000 € e esta deixaria de ter qualquer encargo com aquela. Tecnicamente a Câmara tinha comprado 200 000 € de dívidas. Mencionou ainda que o anterior presidente, António Cordeiro, tinha pago essa quantia porque entrara em tribunal na ação das Gesquelhas. Recordou ainda a dívida de 17 mil euros do vereador Rui Melo, então presidente da Câmara, em senhas indevidamente ganhas, que deveriam ter sido restituídas à empresa Atlântico Vila.-----

Solicitou novamente a palavra, em Defesa da Honra, o vereador Rui Melo que explicou que na altura tinha sido nomeado um gestor judicial, pelo tribunal, e que tinham feito um acordo com a Caixa Geral de Depósitos, no qual tinha ficado assente que compravam por 200 000 € e a Câmara deixava de ter qualquer encargos. Relativamente às senhas de presença de há 8 ou 9 anos o tribunal haveria de decidir. -----

O membro da assembleia Paulo Duarte questionou o Presidente da Assembleia sobre o encerramento da Repartição de Finanças, em Vila Franca do Campo. Relativamente a essa questão o Presidente Assembleia Municipal respondeu que se estava a fazer tudo para que tal não viesse a acontecer.-----

Sobre esse encerramento também falou o Presidente da Câmara que explicou que a repartição de finanças vila-franquense fazia parte do plano de encerramento proposto pelo governo da república. Referiu que ficariam apenas 2 em São Miguel (Ribeira Grande e Ponta Delgada). Recomendou a elaboração de um abaixo-assinado salientando que se tratava de um serviço de proximidade dos cidadãos e, por tal, deveria salvaguardar-se. Salientou ainda que 4 000 ou mais assinaturas teriam maior impacto para a resolução da questão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal relativamente à pergunta do Sr. Hélder Medeiros, sobre a informação da impossibilidade de comparência poderem ser enviadas por correio eletrónico, assim como, o material para as sessões respondeu que não havia obstáculo algum. No entanto, referiu que a proposta de reunião para sessões seria pós-laboral por possibilitar uma maior participação dos cidadãos interessados nos assuntos do município. Mencionou ainda que o regimento estava disponível para quem quisesse analisá-lo e que o orçamento participativo ainda não estava disponível mas que no início do próximo ano seria dado a conhecimento.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia, Patrícia D'Andrade, eleita na lista do PPD/PSD-PPM, que informou a assembleia sobre a degradação do caminho, conhecido pelo caminho dos suecos, que estava de tal forma danificado que incorria o risco de por em causa a segurança das pessoas e provocar danos nos veículos.-----

Relativamente a essa exposição o Presidente Câmara explicou que havia diferendos que ainda não haviam sido resolvidos com a empresa responsável pela Scuts. Os camiões tinham sido os responsáveis pelos danos. Cabendo então aos responsáveis a resolução do problema. Explicou ainda que ceder em relação a esse assunto implicaria ceder noutras situações mas aguardava que se encontrasse a resolução rapidamente.-----

## ORDEM DO DIA

### **- PONTO UM - PROC. Nº 6304/GSP/2013 - EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos da Ilha de São Miguel, EIM - Representante na Assembleia Geral e Fiscal Único.**-----

Foi presente a essa sessão, sobre proposta da Câmara Municipal, a informação sobre a designação do vereador Arnaldo Branco Raposo de Amaral para representar o Município na constituição da Assembleia Geral da EIRSU, bem como a proposta para a aprovação, como fiscal único daquela sociedade o Dr. Martins da Cunha, da sociedade de revisores oficiais de contas Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, para o quadriénio 2014/2017. Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, registando-se uma abstenção do movimento Novo Rumo-----

### **- PONTO DOIS - PROC. Nº 2831/GSP/2013 - Proposta de Regulamento - FES - Fundo de Emergência Social.**-----

Nos termos do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a Proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Fundo de Emergência Social (FES), foi apresentada à Assembleia. Posta a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

### **- PONTO TRÊS - PROC. Nº 2834/GSP/2013 - Lançamento de derrama para o ano de 2014.**-----

Foi proposto, pela Câmara Municipal, para ser aprovado pela Assembleia, o lançamento para o ano de 2014, de uma derrama no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----  
A Assembleia deliberou aprovar a proposta apresentada. Abstiveram-se os membros eleitos na lista do PPD/PSD-PPM, assim como, um membro da assembleia do movimento NR.

### **- PONTO QUATRO - PROC.2835/GSP/2013 - Participação variável no IRS para o ano económico de 2014.**-----

Foi presente à sessão a Proposta da Câmara Municipal referente à Participação Variável no IRS para o ano económico de 2014. Assim foi proposto uma taxa de 5% sobre o IRS para fazer face aos acordos assumidos aquando do reequilíbrio financeiro. Ficou assente que era uma obrigação contratual que decorreu dos compromissos assumidos anteriormente. Relativamente a esse ponto o membro da assembleia Hélder Medeiros, eleito na lista do PPD/PSD-PPM, referiu não haver obrigação legal nessa percentagem de IRS. Disse perceber que era necessário cumprir com as obrigações, no entanto, salientou que as mesmas podiam ser cumpridas pelo corte e/ou controlo das despesas correntes. Propôs a contenção das despesas correntes que, no entender dele, poderiam colmatar esse acréscimo de sobrecarga de imposto. Ainda sobre esse ponto, o membro da assembleia Carlos Soares, do movimento NR, questionou o porquê de se ir para os 5%,



uma vez que a lei era permissiva. Relativamente a essa questão o Presidente da Câmara respondeu que era uma obrigação contratual e que o acordo do reequilíbrio financeiro era tripartido, ou seja, englobava a banca, a câmara municipal e o governo da república e que obrigava à fixação das taxas no valor mais elevado. Depois de aprovado, o orçamento do município tinha que ser verificado pelo governo da república. Assim não era uma obrigação legal mas contratual. Salaria que havia situações relacionadas com a lei e outras com o contrato.-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada pela assembleia municipal. Absteram-se os membros da assembleia eleitos na lista do PPD/PSD- PPM e na do movimento NR. -----

**- PONTO CINCO - PROC. Nº 2836/GSP/2013 - Fixação do valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano económico de 2014.-----**

Foi presente à sessão, a proposta da Câmara Municipal, deliberada na sua reunião de 4 de dezembro, sobre a fixação para o ano de 2014, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no Município de Vila Franca do Campo, em 0,25%. A assembleia municipal, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

**- PONTO SEIS - PROC. Nº 2858/GSP/2013 - Prestação de Serviços de Revisor de Contas - Ano 2014.-----**

A Câmara Municipal propôs, à Assembleia, a aprovação da nomeação da empresa Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, SROC, para Revisor Oficial de Contas da autarquia. No ato da votação e em consideração à fundamentação da proposta da deliberação apresentada foi, a mesma, aprovada por unanimidade.-----

**- PONTO SETE - PROC. Nº 2904/2013 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014.-----**

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal, sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 11 de setembro.-----

O Presidente da Câmara solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia e fez uma abordagem sobre o documento em causa referindo-se aos concursos públicos que seriam postos em curso nomeadamente a reabilitação da Casa dos Magistrados; a requalificação da Estação de Camionagem e do Museu; a requalificação da zona balnear do Corpo Santo e do Forte do Corpo Santo, assim como, o Núcleo Museológico da Olaria, na freguesia de São Pedro; a ligação para a via rápida do loteamento da Torre, freguesia de Água d'Alto; e rotunda para a Mãe d'Água. Ficou assente que todas essas obras seriam realizadas com os novos fundos comunitários e seriam uma fonte de empregabilidade para o concelho. Relativamente ao programa de Combate ao Desemprego registou-se a existência de uma verba que se prevê situar entre os 120 mil e os 180 mil euros destinados aos programas ocupacionais. Ficou assente, no entanto, o receio de não se conseguir encaminhar as obras atempadamente, uma vez que os prazos iriam até 31 de dezembro de 2013. Quanto a esse ponto o Presidente da Câmara frisou ainda que, dentro de um panorama geral do Orçamento, a grande fatia iria para o pagamento dos salários, no valor previsível e cativo de dois milhões de euros.-----

Relativamente a esse ponto o membro da assembleia, Paulo Duarte, eleito na lista do PPD/PSD-PPM, solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia e felicitou a Câmara Municipal pelo Orçamento que, a seu entender, era um Orçamento ambicioso discordando, ao mesmo tempo, com um ponto - os Programas Ocupacionais. Disse saber que tinha sido uma promessa política, todavia frisou que se tinham esquecido, com aquele ponto, das pequenas empresas locais que passariam a não fazer as obras, uma vez que a Câmara passaria a fazê-las com a mão-de-obra dos programas. O Presidente da Câmara retomou a palavra, com consentimento do Presidente da Assembleia, para referir que os desempregados ocupados seriam canalizados para pequenas obras nomeadamente para manutenção de casas de pessoas com poucos recursos económicos que, por esse motivo, se viam impossibilitadas de contratar essas pequenas empresas locais. Saliu ainda que a utilização dos Programas ocupacionais nunca poderia substituir o trabalho de uma empresa privada. Seria ilegal. Afirmou ainda que esses trabalhadores iriam ser distribuídos pelas Juntas de Freguesia e concluiu que seria uma grande ajuda às famílias carenciadas e cujo desemprego tinha batido à porta. Não era um cumprimento eleitoral mas um dever da autarquia para com os seus concidadãos.-----

O membro da assembleia, Hélder Medeiros, eleito na lista do PPD/PSD-PPM, pediu o uso da palavra, felicitando os planos apresentados. Defendeu que o orçamento e plano para 2014 apresentava-se ambicioso, face aos anteriores, tendo em conta a dimensão e número de obras a serem lançadas. Saliu que se deveria defender as pequenas obras públicas até ao limite da adjudicação direta para futuramente se garantir a empregabilidade dos munícipes com credenciais profissionais no setor. Não deixou, no entanto, de tecer algumas considerações sobre a taxa do IRS. Quanto a esse aspeto frisou que, para a maior parte das pessoas, dispensar 20 € ou 30€ era muito. Relativamente ao Fundo Social de Emergência, referiu que era de louvar a aplicação dessa medida, tão defendida pelo seu grupo partidário nos anos transatos e esperava que não fosse muito utilizado visto ser isso um sinal de que as coisas estavam a melhorar social e economicamente. Questionou ainda o Presidente da Câmara sobre as Capelas Mortuárias de Ponta Garça, as ações em tribunal e sobre o futuro das mesmas.-----

Em resposta a essas questões, o Presidente da Câmara, disse que a taxa do IRS era diretamente proporcional aos rendimentos e que a mesma era sobre o que se pagava e não sobre o que se auferia. Alertou para o facto de que muitas das obras que estavam sendo lançadas tinham sido pensadas por anteriores vereações. Falou ainda de outras obras em fase de conceção e construção e, do modo, como se poderia agilizar o processo e, ainda, de que a reabilitação urbana de privados não poderia ser feita com fundos comunitários, pelo que, se procurava soluções que pudessem integrar as empresas de construção local e, ainda, como se poderia desenvolver alguma parceria com a Associação de Municípios para levar a efeito essa reabilitação.-----

Ainda o membro da assembleia, Hélder Medeiros, voltou a pedir o uso da palavra e solicitou esclarecimentos adicionais sobre a Capela Mortuária de Ponta Garça, assim como a variante à Ponta Garça, referindo que toda a população de Ponta Garça aguardava pela mesma. Inquiriu ainda acerca do apoio financeiro concedido às instituições sem fins lucrativos e sobre a negação da concessão dos 7 mil euros à Casa de Povo de Ponta Garça, apesar de essa ter entregado o Plano de Atividades.-----

Em resposta ao Sr. Hélder Medeiros, o Presidente da Câmara, referiu que em relação à Casa Mortuária assim que fosse obtida uma resposta do Tribunal, a Câmara tomaria uma posição. Relativamente à variante da Ponta Garça referiu que era indispensável e que assim que houvesse disponibilidade financeira, no Novo Quadro Comunitário, a obra avançaria. Quanto ao apoio financeiro negado à Casa de Povo da Ponta Garça referiu que tinham sido revogados os apoios solicitados desde de 2011 até 2013 porque não havia verba

disponibilizada para esse efeito. Frisou que futuramente iriam ser criados critérios objetivos para cedência de tais apoios.-----

Relativamente a essa explicação o Sr. Hélder Medeiros mencionou que os critérios de justiça e igualdade tinham falhado e que esse executivo poderia colmatar essa falha. Referiu ainda que, as atividades tinham sido programadas em função do acordado e que houve desigualdade e injustiça, uma vez que o subsídio tinha sido pago a outras instituições e organizações. Falou na importância de se fazer novos protocolos com essas organizações.-----

Ainda sobre esse ponto o membro da assembleia, Teófilo Braga, do movimento Novo Rumo, inquiriu o Presidente da Câmara sobre dois pontos nomeadamente sobre o problema do insucesso escolar e o que a autarquia pensava fazer relativamente a esse e sobre a proteção e conservação do meio ambiente, incluindo o que se poderia fazer quanto à Grota Henrique João, na freguesia de Ponta Garça.-----

Relativamente à primeira questão o Presidente da Câmara respondeu que tinha a seu cargo os assuntos relacionados com a Educação e mencionou a sua participação nas assembleias das 2 escolas do concelho. Referiu ser aquele, um assunto de difícil trato e que esperava que o novo quadro comunitário pudesse ajudar. Salientou que o primeiro passo seria sempre dado pelas escolas e, como essas se situavam no concelho, cabia à Câmara ajudar nesse sentido. O ano de 2014 seria para se inteirar da situação. Todavia ressaltou que essa era uma ação conjunta, de escolas com a câmara municipal. No que toca à questão do ambiente referiu que existiam muitas rubricas que contemplavam aquele aspeto, nomeadamente a recuperação de grotas.-----

Posto esse ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria. Registou-se a abstenção dos membros eleitos na lista do PSD/PSD-PPM e do movimento NR. -----

#### **- PONTO OITO - (DL Nº. 147/2013) - PROC. Nº. 2905/GSP/2013 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.-----**

Sobre esse ponto e em observância à regulamentação da lei dos compromissos, que nos termos do artigo 14º do Decreto-Lei nº 127/12, de 21 de junho, estabelece a autorização prévia, para a assunção de compromissos plurianuais, podendo a mesma ser dada quando da aprovação dos documentos provisionais, a Câmara Municipal, propôs à Assembleia, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para entidades do Setor Público Administrativo, que a mesma deliberasse sobre o plano de autorização prévia apresentado no âmbito da Lei dos Compromissos. -----  
A assembleia deliberou aprovar a proposta apresentada. Abstiveram-se os membros eleitos na lista do PPD/PSD – PPM.-----

#### **- PONTO NOVE- PROC. Nº. 2911/GSP/2013 - Proposta de retificação - 3.ª Revisão Orçamental.-----**

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal referente à 3ª Revisão Orçamental. Posta a votação foi aquela aprovada com abstenção dos membros eleitos pelo PPD/PSD – PDM. -----

#### **- PONTO DEZ - PROC.N.º2732/GSP/2013 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano**

**Financeiro - Exercício de 2013 - 3.º Trimestre - Acumulado.**-----

Foi presente à sessão o Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2013 – 3.º Trimestre. A assembleia tomou conhecimento.-----

**- PONTO ONZE – PROC. N.º 6320/GSP/2013 - Assembleia Municipal de Ponta Delgada - Instalação do Conselho de Ilha - Representação da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo.**-----

Foi presente à Assembleia o ofício da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, a solicitar a designação de quatro membros eleitos, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional, nº 21/99, de 10 de julho, para a instalação do Conselho de Ilha de São Miguel. Em conformidade com o estipulado no nº 1 do artigo 4º do já citado diploma, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, designar como seus membros representantes naquela assembleia do conselho de Ilha de São Miguel, os Srs. João Carlos Barbosa Leite, Maria Rita Cabral Rodrigues, do grupo da assembleia do PS, e os Srs. Hélder Herculano Pimentel Medeiros e Paulo Alexandre Pacheco Duarte, do grupo da assembleia do PPD/PSD-PPM.-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Aberto o período destinado à intervenção do público, o Presidente da Assembleia informou que esse tinha a duração de 30 minutos, cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção, tendo cada cidadão que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar. -----

O cidadão João Baptista Furtado, residente na Rua Professor Eduíno Terra Vargas, n.º 28, freguesia de Ponta Garça inscreveu-se para falar sobre o assunto Casa do Povo de Ponta Garça. Começou a sua intervenção felicitando os presidentes, os deputados, os vereadores e finalmente o público. Seguidamente agradeceu ao Presidente da Assembleia o facto de ter possibilitado que as reuniões fossem em período pós laboral o que beneficiava os cidadãos que quisessem participar nas sessões. Sobre o assunto a tratar questionou acerca do facto de a referida instituição pretender apoio dado que poucas ou nenhuma atividades desenvolvia, tendo em conta a leitura que fizera do Plano de Atividades de 2014. Referiu ser sócio da Casa de Povo desde jovem. Disse que aquela instituição padecia de um mal crónico pois enquanto a Casa de Povo de Vila Franca tinha projetos concretos e visíveis a de Ponta Garça não apresentava nenhuns pelo que não percebia para que queriam apoio.

A acrescentou ainda que na referida Casa do Povo havia um senhor que trabalhava clandestinamente e referiu que o mesmo transportava crianças na carrinha da mesma instituição. Frisou que não sabia se eram as crianças que o ajudavam a transportar ou se vice-versa garantindo-lhe, desse modo, o emprego. Sobre a mesma pessoa, sem mencionar o nome, disse que andava a limpar tachos em todo o lugar por onde andava. Concluiu que a Casa de Povo de Ponta Garça, deveria fechar as portas e colocar aquele condutor em casa pois aquele andava, na referida Casa do Povo, todo o dia pendurado pelos gabinetes.-----

Esses assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata.-----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e três horas e trinta minutos, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Dias Carvalho Pimentel, secretária da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----  
-----

----**Declaro ainda que a presente ata contém 13 folhas.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.<sup>a</sup> Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel